

ORÇAMENTO DE  
EDUCAÇÃO NO  
BRASIL É 6%!



**O caso do Acesso à Arte.**

**Professor Dr.  
ISAAC A. CAMARGO**

Este é o número quarenta e nove de *Arte em Revista*. Falo do caso do Acesso à Arte. A Proposta da revista é destacar artistas, obras, situações, eventos e acontecimentos interessantes que mobilizam a atenção sobre esse campo de conhecimento. A ideia é revisar tais assuntos sob meu ponto de vista a partir dos temas escolhidos sobre a Arte na sociedade como fenômeno artístico e cultural.

*Agradeço a leitura e destaque que tais publicações tem fins exclusivamente educacionais. Esclareço que quaisquer pessoas ou instituições que se sentirem prejudicadas em relação aos conteúdos, informações e imagens aqui postadas, devem entrar em contato comigo neste mesmo site usando CONTATO, para providências.*  
**Prof. Dr. Isaac A. Camargo – Curso de Artes Visuais - UFMS**  
**ARTE em REVISTA, ANO 1 - N. 49 - 2020**

# *Índice:*

## *PRÓLOGO*

- 1. O Fato!*
- 2. O caso do Acesso à Arte.*
- 3. Quem faz isto?*
- 4. Encerrando:*

# PRÓLOGO

Todos têm Acesso à Arte?

Esta pergunta me parece relevante: Quem tem acesso à Arte? Todos ou alguns? A Arte é restrita a uma parcela da população ou não?

Este tipo de questionamento leva à reflexão sobre o direito e à cidadania. Na charge da capa, Henfil, cartunista famoso na década de 1970, chama a atenção para a questão da educação nacional, depois de 50 anos pouco mudou. Olhando para o todo, percebe-se que nem todos tem acesso aos serviços prioritários como Saúde e Educação.

O que dizer então do acesso à Arte. O processo de domínio econômico adotado limita o atendimento das necessidades básicas da sociedade por meio do benefício às grandes corporações e estrangulamento dos serviços públicos essenciais. Tais restrições criam uma deformação econômica em que só aqueles que conseguem galgar os degraus sociais é que podem usufruir da Saúde, mediante planos privados, da Educação mediante escolas privadas e, à população em geral, resta a indigência sanitária, educacional e intelectual. Enfim, vou falar da limitação de acesso aos bens culturais e outros malefícios.

## 1. O Fato!

Para iniciar este texto, uso como exemplo a possibilidade de visita à Santa Ceia de Leonardo da Vinci. Tomando por referência sites especializados em turismo, vê-se que a visita ao local custa entre 40 a 50 euros, em reais equivale aproximadamente a 300 e 320 reais em 2020, antes da pandemia. O visitante não poderá ficar mais de vinte minutos no ambiente para não atrapalhar os demais turistas ávidos para passar diante dela, tomar uma *selfie* e dizer: Eu vi a Santa Ceia de Da Vinci!



Obviamente Da Vinci nem fazia ideia de que sua obra: A Última Ceia, de 1495-98, afresco realizado para a decoração do refeitório na Igreja de Santa Maria delle Grazie, em Milão, uma homenagem ao último momento de Cristo junto aos seus discípulos, se tornasse uma das maiores atrações turísticas da cidade.

## **2. O caso do Acesso à Arte.**

O exemplo acima mostra que há restrições ao Acesso à Arte pelo simples fato de que 40 ou 50 euros não ser um valor desprezível em qualquer lugar do mundo. O salário mínimo vigente no Brasil neste mesmo ano, 2020, é de R\$ 1.045,00, portanto, a conversão para o Euro a R\$6,28, equivale a quase um terço do salário mínimo nacional. Pode-se contrapor o argumento de que um assalariado que ganhe isto não irá visitar Milão e tampouco a igreja na qual está a obra de Da Vinci, portanto, esse raciocínio é bobo, irrelevante.

Na minha opinião é justamente aí que reside parte da limitação de acesso às Obras de Arte, para falar apenas em Arte Visual. Aqui no Brasil também se cobram ingressos a muitas instituições museológicas.

Não se pode afirmar que qualquer cidadão de Milão, possa visitar esta obra, pelo simples fato de que o ganho médio de um assalariado naquela cidade corresponde a 1.200 euros o que é igual à estimativa do custo de vida mensal na cidade, ou seja, mesmo lá, aqueles cuja renda está na faixa de 1500 euros terá dificuldades para sobreviver.

Pode-se contrapor o argumento de que a própria cidade, pela antiguidade, pelas suas construções e características culturais, já é um museu a céu aberto e, quem vive lá, aprecia, degusta tudo isso sem gastar nada mais do que viver ali. Certo, concordo que viver numa cidade histórica tem seus ganhos culturais, mas também seus custos e limitações. Tudo depende de quem, como e onde vive. São apenas suposições e ilações tomando por referências valores que não são, necessariamente reais, mas suposições. Isto não invalida o fato do acesso ser limitado.

Este é o ponto principal desta publicação: o limite de acesso às Obras de Arte e não seu completo impedimento. Embora isto também ocorra pelos mesmos motivos até agora aventados.

Isto também demonstra o deslocamento de bens culturais para exploração comercial turística ou mesmo de proteção. Uma das estratégias utilizadas por vários museus, cidades e instituições pelo mundo afora que definem a cobrança de ingressos justificando que se destina a angariar fundos para manutenção e preservação dos próprios bens culturais.

Em parte, isto é verdade, mas não é só isto. Muitas instituições são privadas e, em geral, usam subvenções públicas como leis de renúncia ou incentivo fiscal, para manter tais instituições e, ainda assim, cobram ingressos dos visitantes. Não quero dizer que seja injusto ou que se explora a população, apenas que limita o acesso às obras, pois sem cobrança o acesso seria maior. Também não se pode acreditar que a maioria da população, mesmo tendo condições de acesso, optaria por visitar um museu ou ir a um concerto de música erudita, uma apresentação teatral ou leitura poética.

Não há educação cultural suficiente para promover o conhecimento, reconhecimento e respeito à Cultura e à Arte, portanto, ter acesso significa também ter educação, informação sobre o que significa tudo isto.

Ao mesmo tempo o apagamento e o desmanche da cultura e da Arte promovida por medidas que reduzem os investimentos públicos e as instituições nessa área contribuem para isto. Bem, até agora acredito que tenha sido possível perceber que este é um terreno “minado” e que não se entra nem sai dele sem danos.



Ao longo do tempo vimos as manifestações da Arte Visual assumirem diferentes posturas na sociedade: fossem como aparatos simbólicos e rituais amparando a existência dos primeiros seres humanos ou como um meio de distinção e enaltecimento dos grupos detentores do poder. Como seres humanos fomos dotados de capacidade criadora e criativa, nesse sentido, é possível partir da premissa de que todos podem produzir Obras de Arte, mas também está claro que, embora todos tenham possibilidade de produzi-las nem todos tem acesso a elas.

Esta é uma contradição fundadora no contexto da Arte e da Cultura: Aqueles que a produzem nem sempre podem desfrutá-la.

Basta olhar para o passado da história humana e ver que a maioria das manifestações que chamamos de artísticas não foram feitas para a maioria e sim para a minoria detentora do poder. Logo, a maioria era quem a produzia e sustentava, e a minoria quem a desfrutava.

Parece que a Arte foi sempre subjugada ou aliada ao poder e por isso foi se tornando um negócio ou mercadoria.

### ***3. Quem fez isto?***

A Arte Visual surge espontaneamente como uma tentativa de exercer o domínio sobre o meio ambiente e sobre as coisas das quais o ser humano necessitava para garantir sua sobrevivência, logo, Arte não era feita pelo prazer estético ou para ornamentar cavernas, mas para garantir sua existência, dar-lhes esperança de viver um dia, um mês e, quem sabe, mais um ano...

Assim é que se entende o surgimento da Arte na aurora da humanidade.

As manifestações artísticas estavam tão impregnadas em sua vida, ao seu dia a dia que Arte e realidade não se distinguiam uma da outra. Nesse sentido a Arte era algo integrado à vidas daqueles seres humanos de tal modo que não havia qualquer motivo ou necessidade de identificar o que era Arte do que era realidade (no sentido conceitual e pragmático). Com o desenvolvimento das civilizações a Arte passa a ser utilizada não mais como uma forma de propiciar sua manutenção, mas como um meio de narrar, contar histórias, ocorrências e eventos.

Muitas nações da antiguidade cultuaram seus mitos e heróis por meio da Arte e isto passa a ser também um modo de distinguir, informar, publicizar os feitos dos povos, dos grupos dominantes e dos dominadores. Nesse sentido a Arte passa a ser empregada para dar visibilidade aos feitos e efeitos desse grupos e nações.

Com isto a Arte também se torna um meio de intimidação e difusão da repressão. Mostrar as vitórias e conquistas em batalhas e a submissão dos inimigos, além de vangloriar-se também ameaça.

Grande parte da história ou dos mitos das civilizações da Antiguidade chegou até hoje por meio das representações visuais incorporadas às edificações dos templos, túmulos e palácios. Mais tarde, no período Moderno, pelas obras financiadas pelos príncipes, religiosos, comerciantes e líderes políticos que passaram a usar a Arte como meio de distinção social como manifestação de sua riqueza e poder. Assim surgiram também as grandes coleções de Arte Visual que ainda hoje ocupam boa parte dos museus do mundo.

Tais coleções também foram sendo criadas a partir da apropriação de monumentos, esculturas e demais objetos retirados do ambiente urbano a partir das dominações bélicas, assim muitas das obras que faziam parte do ambiente urbano e público, foram confinadas em coleções particulares, galerias e museus. Assim muitas delas deixaram de ocupar no ambiente urbano para fazerem parte do ambiente privado em templos, palácios e mansões cujo acesso passa a ser restrito à elite dominante e, mais tarde aos pagantes...

Foram criados Instituições e Museus para coletar, armazenar, cuidar e mostrar Obras de Arte e outras coleções de coisas e objetos históricos, antropológicos ou outros que pudessem interessar à cultura, à curiosidade ou ao interesse comum ou coletivo.

Tais coleções podem ser restritas ou públicas, depende de quem as possui ou mantém. Muitas delas para serem visitadas exigem o pagamento de ingressos, é um dos meios de disponibilizá-las ao acesso público, mas não de democratizar este acesso.

Cobrar daqueles que se dispõem a visitar um museu me parece um contrassenso, já que a cultura humana deve ser compartilhada por todos. Esta é uma das formas de apropriação econômica da cultura como meio de promoção e investimento.

O poder público, em raros momentos, se dispõe a oferecer acesso livre, aberto e irrestrito aos bens culturais. Portanto, o poder econômico define tanto quem tem poder para adquirir Obras de Arte quanto quem pode apreciá-las.

Há coleções privadas constituídas apenas para investimento que são armazenadas em ambientes altamente controlados e protegidos. Deste modo nem seus proprietários as veem, apenas as possuem com fins mercantis. A eles pouco importa o valor histórico ou cultural, visam o lucro que tais obras podem lhes render. São espécies de âncoras financeiras ou passivos que, se necessário, são colocadas no mercado para realizar lucros exorbitantes. São estes os breves momentos em que se pode vê-las nas casas de leilões ou galerias, depois voltam à reclusão...

Boa parte do que se vê ou do que se sabe sobre Arte Visual acaba dependendo das edições impressas ou das redes sociais nas quais são difundidas as reproduções imagéticas de tais obras, muitas vezes sem que se tenha a noção de sua dimensão, técnicas ou condições ambientais. As reproduções de tais obras podem dar uma ideia de como são, mas de modo algum correspondem à obra de fato, seja em relação à sua dimensão, cores, texturas, aparência ou intervenções decorrentes do desgaste do tempo ou danos que sofreram.

As reproduções são registros parciais, meras ilustrações de algo que é mais importante, mais dinâmico e mais forte do que se vê nesses meios.

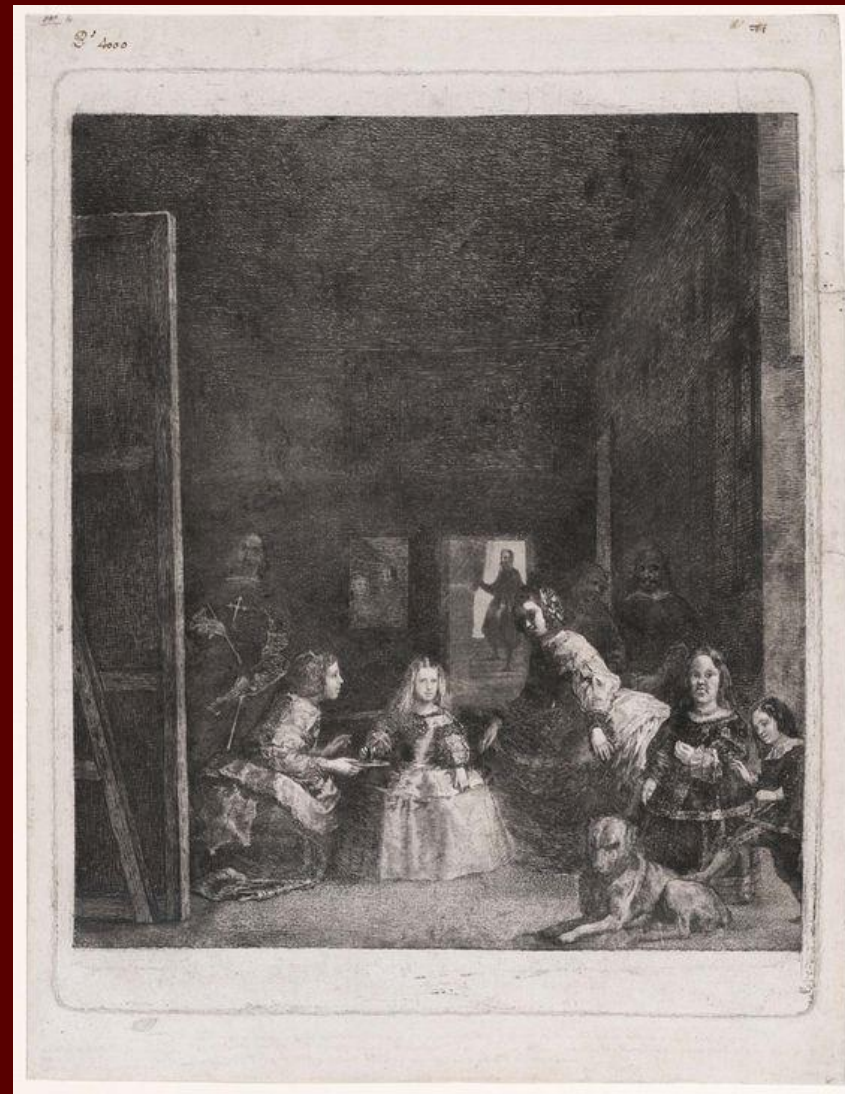
Não se pode dizer que o acesso às reproduções seja o mesmo que o acesso às Obras de Arte. Walter Benjamim, um dos filósofos da Escola de Frankfurt, num de seus textos mais famosos: "*A obra de Arte na era de sua reprodutibilidade técnica*", de 1936, fala da perda da "Aura" provocada pela reprodução industrial das Obras de Arte, quando ela perde a autenticidade ou originalidade e se torna objeto do mercado.

Obviamente Benjamin estava sob o impacto das técnicas de reprodução capitaneadas pela fotografia, depois o cinema e outros meios que passaram a substituir a *apreciação direta*, diante de uma obra, por uma *apreciação indireta*, diante de uma reprodução fotográfica, ou seja, a originalidade de uma obra constituída por suas singularidades materiais, gestuais, cores e formas, eram obliteradas pelo sistema de reprodução que não mostraria mais a obra e sim um simulacro ou arremedo de algo que estava no mundo e não numa folha de papel ou projeção virtual...

Mas, se não fosse isto, não existiriam os livros de História da Arte ilustrados e ainda se dependeria de descrições verbais para “conhecer” as Obras de Arte. Os antigos livros sobre Obras de Arte apenas as descreviam, quando muito, incorporavam uma ou outra gravura realizada por um artista que reproduzia, de acordo com suas capacidades e limites, as obras de outros artistas e assim se tentava promover o ensino de História da Arte. Os atlas impressos com reproduções de Obras de Arte, embora com limitações técnicas, ainda eram o melhor modo de acesso a muitas delas.



Las Meninas, Diego Velasquez,  
1656.



Las Meninas, reprodução em  
gravura realizada por Goya em  
1778.



Na página anterior mostrei duas imagens de As Meninas de Diego Velasquez, a da esquerda corresponde à obra e a da direita à uma reprodução de Francisco de Goya e Lucientes, artista também espanhol.

Qual é a finalidade da reprodução?

Seria uma tentativa de Goya de copiar a obra “velasquiana” e descolar uma graninha vendendo tais cópias?

Seria uma proposta editorial para difusão da Arte dos Mestres Espanhóis? Esta resposta é a mais provável. Pois era costume a reprodução de obras para colecionadores.



Há uma outra versão de Las Meninas, em formato menor no palácio campestre de Kingston Lacy, em Dorset, Inglaterra. Há duas explicações para isto: uma é que Velasquez tenha feito essa versão para aprovação da pintura pelo rei e outra é que seja uma cópia posterior de alguém que reproduziu a pintura.

Bem, o curioso é que até agora, todas as imagens aqui dispostas são reproduções, ou seja, não houve acesso a nenhuma delas que não fosse pelo meio digital aqui usado e, como disse Benjamin, nenhuma delas é a Obra em si...

Então estamos diante de uma mentira?

Se não se está diante da Obra original, como há certeza de que o que se vê não é uma simples cópia. Disso nunca se terá certeza, pois na medida em que as imagens às quais temos acesso para obter uma pequena informação sobre ela são suas reproduções, como contestar?

No contexto do Ensino *de e sobre Arte*, o acesso às informações visuais obtidas por meio de reproduções já se tornou uma tradição desde antes do século XIX quando muitas casas editoriais investiram em Atlas de História da Arte para dar acesso à imagens ilustradas sobre Obras de Arte. Notem que são apenas “ilustrações” e não as Obras de Arte. Contudo este é ainda o meio que se tem para visualizar, um pouco que seja, uma Obra de Arte à qual não se tem acesso presencial, mesmo limitadas pelas questões reprodutivas quanto à dimensão, cor, formato e outros danos...

Uma curiosidade: era comum artistas serem credenciados nos grandes museus como copistas, tinham acesso livre a ele para reproduzirem as Obras de Arte ali expostas.

Neste caso, há duas explicações para isto: uma era o desenvolvimento do seu aprendizado e outra era a reprodução de obras para colecionadores que, por não poderem adquirir as obras originais, adquiriam as cópias destes credenciados. Para ter uma ideia melhor, os artistas brasileiros, contemplados com bolsas de viagem ao exterior deviam ir aos museus europeus e cumprir uma escala de cópias.

Estas cópias eram enviadas à Escola Nacional de Belas Artes para servirem de modelo aos estudantes que a frequentavam.

Deduz-se que, daí também surgiram muitas falsificações e muitos problemas para os estudiosos que, nem sempre, tiveram à sua disposição equipamentos e tecnologias de datação precisos. Assim, considera-se que muitas obras em muitos museus do mundo, não são necessariamente “originais” do autor, mas uma cópia. Uma cópia é normalmente identificada como tal, ao contrário da falsificação que falsifica até a assinatura do artista original.

Assim o acesso mais imediato que se tem às Obras de Arte são suas reproduções. Tenham sido feitas à mão, fotográfica, cinematográfica, videográfica ou digitalmente ainda é o melhor meio de acessá-las e, hoje em dia, nem dependemos apenas dos livros dadas as possibilidades de acessarmos os acervos de museus, galerias e coleções do mundo todo que disponibilizam nos seus sítios, reproduções de boa qualidade das Obras e seus acervos.

Então, temos acesso às Obras de Arte e tudo o que eu disse antes, cai por terra?

Não!

O problema continua. Se não temos acesso físico e pessoal às Obras, não as vemos de fato. Não se pode substituir uma Obra por sua reprodução, mas usar as reproduções para termos informações sobre ela, mesmo que não correspondam necessariamente à sua real aparência é o único meio para promovermos o conhecimento sobre elas.

Isto não quer dizer que se tem acesso a ela, apenas que há acesso à informação sobre ela mas não a ela propriamente dita, como ela existe e está no mundo.

Os produtos da Indústria Cultural tendem a suprir as necessidades ou a própria cultura.

Para que ir a um concerto musical se este mesmo concerto foi gravado num disco, num CD, em Vídeo Digital ou está disponível numa plataforma *streaming* que “vende” a preço módico o acesso a ele?

É muito mais fácil o acesso ao simulacro do que à obra original.

Revestido de registro e de preservação das grandes performances musicais, teatrais ou cinematográficas, a cultura é transformada em bem de consumo.

O termo **Indústria Cultural** (em alemão Kulturindustrie) foi criado pelos filósofos e sociólogos alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), apresentado no capítulo "**A indústria cultural:** iluminação como engano em massa", do livro Dialética do Esclarecimento (1944). Já abordei aqui a Escola de Frankfurt ao falar de Walter Benjamin, membro deste grupo de intelectuais.

A Indústria Cultural busca tornar as experiências artísticas e culturais homogêneas e padronizadas para o consumo.

Ao visitar um Museu, apreciar as Obras e Arte e, ao sair, adquirir uma caneca com a imagem de uma destas obras, saiba que está colaborando com esta Indústria. Pode-se argumentar: Mas eu vi a obra e foi o museu que me vendeu a canequinha, então a canequinha é autêntica pois foi o dono da obra que se dispôs a reproduzi-la e transformá-la em um produto mercantil com o fim de me proporcionar uma apreciação contínua, toda vez que eu usar esta caneca, estarei em contato com aquela obra que tanto me encantou e ainda mantendo o museu aberto para outras pessoas fazerem o mesmo...

É assim mesmo que funciona e não fica só na reprodução de bens consagrados pela cultura, mas produz novos bens destinados exclusivamente a ela. Produtos da moda, do design, grupos musicais ou ídolos pop, filmes, séries televisivas...

Hoje em dia é difícil fugir da Indústria Cultural ou de seus produtos. Parece até natural o consumo de tudo o que é disponibilizado e publicizado pelas mídias de comunicação. Dá para parafrasear Descartes: “Consumo, logo Existo!”

Assim se cria também a ilusão do Acesso à Arte.

Como se viu, é comum transformar Obras de Arte em produto mas também é mais comum ainda produzir Obras de Arte como produto.

Desde a Arte Pop a fusão da Arte com a indústria passou a ser um recurso de abordagem artística. No entanto, a Pop Art, como um fenômeno cultural das décadas de 50/60/70 do século passado, conseguiu estabelecer um diálogo com as condições emergentes da indústria de consumo de massa e ironizar ou se apropriar dela com um recurso propositivo.

Hoje em dia, as abordagens Pop, que poderiam se chamar de pós-pop ou neo-pop acabam sendo apenas uma apropriação das atitudes Pop sem o lastro cultural que as motivou e definiu.

É o que justifica a produção em massa de objetos banais e do cotidiano como guarda-chuvas, bolsas, sandálias, canecas, malas e outras bijuterias desenhadas e assinadas por artistas que, ao invés de trabalharem com Arte, trabalham com o mercado de consumo promovido pela Indústria Cultural.

É necessário reconhecer que o acesso à Arte e a produção artística esteve sempre vinculado à elite dominante sejam reis, religiosos, burgueses e assemelhados... Nunca foi parte do universo da população em geral. O máximo que a população se aproximava dela era quando fazia parte de alguma estrutura arquitetônica ou urbana, mesmo assim, adentrar um templo, um palácio ou uma mansão, só o faziam como escravos, prestadores de serviços ou mesmo artistas e artesãos, mas quando a obra terminava, seu acesso também terminava.

Neste sentido, não é de estranhar que os grandes museus, mesmo públicos, durante muito tempo não estiveram preocupados em disponibilizar suas coleções ao acesso da população em geral. Eram uma espécie de repositório de obras doadas, espoliadas, ou obtidas da ou pela elite dominante e que servia para credenciá-la ou torná-la célebre diante de seus rivais e não para benemerência da população. Aos poucos, esta atitude foi mudando e os próprios museus concluíram ser necessário dar acesso a mais pessoas, inclusive para justificar seus gastos de manutenção.



Muitos países passaram a subvencionar museus e instituições de preservação cultural, já que a elite havia aberto mão de suas coleções, e o estado passa a ser o principal gestor do patrimônio cultural.

Com esta mudança, grandes coleções começaram a ser vendidas para museus do mundo todo, basta lembrar, como exemplo, o Museu de Arte de São Paulo, que teve como base de seu acervo a compra de Obras de Arte de várias coleções europeias promovidas por Assis Chateaubriand, seu fundador, e negociadas por Pietro Maria Bardi seu diretor.

O MASP é um dos maiores museus da América do Sul de iniciativa privada e sem fins lucrativos. No entanto para sobreviver depende de doações e de outras subvenções públicas e institucionais, inclusive da cobrança de ingressos. Nada contra e tudo a favor. É uma das grandes instituições de exposição, preservação e educação em Arte Visual. Contudo isso não o exime da questão principal deste texto que é a dificuldade de acesso às Obras de Arte. Esta dificuldade não é só culpa das instituições de Arte, mas também das políticas públicas.

Como disse, a migração das coleções particulares mantidas pela elite econômica ao longo do tempo foram sendo dizimadas tanto pelas sucessões familiares quanto pela necessidade de manutenção das próprias coleções que não cabiam mais nos bolsos da elite decadente. Assim, muitas coleções foram fracionadas dando origem a outras: privadas ou públicas. É neste universo que os museus e galerias entraram. Conseqüentemente, também passaram a sofrer do mesmo mal: a dificuldade de sobrevivência. Com isto passaram a depender de subvenções do estado.

Sabe-se que a manutenção de instituições como os museus, sejam de que área forem, dependem de muito investimento. Tanto para constituir suas coleções quanto para mantê-las adequadamente. É comum vermos os danos provocados por falta de manutenção como os frequentes incêndios que acometem as instituições culturais no país.

A falta de equipamentos e recursos tanto materiais quanto humanos, limitam suas atividades e impede boa parte da execução de suas funções, por exemplo: visitação.

Por isso vem à tona a questão das Políticas Públicas.

Mas o que é isto e o que isto tem a ver com Arte e Cultura?

Bem, como se sabe uma República, no estilo da nossa, é constituída por poderes (Legislativo, Executivo, e judiciário). Estes poderes constituem o Governo e são responsáveis pela gestão e condução do país. A escolha de dois destes poderes (legislativo e executivo) é feita pela população através de eleição direta e democrática, logo, os eleitos são os representantes legítimos da população e devem ou deveriam agir em nome e interesse dela.

A mediação entre a população, ou seja o conjunto da sociedade, e o estado é realizado por meio de Políticas Públicas. Tais políticas devem contemplar as necessidades e interesses da sociedade, especialmente aquelas destinadas à população em geral, já que é a parte mais frágil do sistema social. Assim, os principais aspectos destas políticas devem focar os direitos dos cidadãos como saúde, educação, cultura, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança. Estas são as mais perceptíveis pois outras como infraestrutura ou diplomacia não são tão visíveis para a população.

A maior crítica que se faz às políticas públicas no país dizem respeito à má gestão, à corrupção, o despreparo dos políticos em entender sua função como representantes da população e não de interesses pessoais ou de grupos lobistas interessados em ganhos e benefícios, deste modo, as políticas que beneficiariam a população ficam em segundo plano e as que beneficiam grupos ou apaniguados políticos ficam em primeiro plano. Basta observar as diversas ações promovidas pelo poder judiciário em busca das falcatruas realizadas sob os olhos e benefício de políticos, empresários e seus assecclas nos últimos anos.

Sendo assim, não se espera que a Cultura seja privilegiada nesse contexto em detrimento de outras necessidades mais prementes da população como a saúde e a educação. Obviamente, a grande desculpa é sempre a necessidade de priorizar algumas áreas em oposição a outras (menos importantes) já que o “cobertor é curto” e não se pode cobrir todos o tempo todo. O problema é que o cobertor só tem servido às categorias dominantes e não às dominadas. Enfim, a questão da dificuldade do acesso não se restringe à Arte ou à cultura, mas também à saúde e à educação, todos indigentes...

Portanto, não é só a falta de hábito de frequentar ambientes onde estão as Obras de Arte, mas a falta de condições materiais, educacionais, culturais e sociais para isto. O que faz com que fiquem anestesiados e cada vez mais alienados de sua própria cultura, de seus próprios valores e bens culturais. Tudo parece não ter nada a ver com a sociedade, nada é importante e de nada adianta lutar contra isso. Este é a sensação que se tem no dia a dia. Este é o processo de apagamento ao qual a Arte e a Cultura é submetida. O descaso amplo, geral e irrestrito.

No fim, vítimas desse processo de alheamento, resta a população apenas aceitar arremedos de Obras de Arte veiculadas pelas mídias de comunicação que, nem sempre o fazem com interesse em informar mas de iludir, obliterar e reforçar o apagamento ao qual a cultura está sujeita.

O que resta é olhar para as pequenas janelas nos livros, nas telas dos monitores de computadores ou *gadgets* digitais e se conformar... é esse o direito que resta e é o que se tem na cultura produzida por todos para o acesso de poucos...

#### **4. Encerrando:**

Bem, espero ter trazido um pouco mais de elementos para reflexão sobre os problemas de acesso, não só à cultura e à Arte, mas também aos demais serviços, necessidades e direitos sociais. Pondero que tais questões não são ideias minhas, mas direitos prescritos pela Constituição Federal, especialmente em seus Artigos: 1º. ao 6º. que garantem os direitos sociais.

Portanto, a questão de acesso aos serviços destinados à sociedade e à população em geral, não são privilégios, mas obrigação do estado...

Por mais que tais direitos estejam prescritos em lei, especialmente na lei geral da nação, não significa que os interesses políticos os respeitem. Cabe ao cidadão fazer suas escolhas e tentar acertar todas as vezes que se coloca diante de uma urna eleitoral.

Assim, quem sabe, entre todas as necessidades materiais, possamos ver as necessidades intelectuais presentes no ambiente democrático e continuar defendendo que:

*Em Arte nada se perde, tudo se cria e tudo se transforma.*